



# RIO CHEGA AO FUNDO DO POÇO CALAMIDADE FINANCEIRA

Decisão da Alerj permite que estado descumpra Lei de Responsabilidade  
Servidores não poderão ser demitidos, mas salários devem ser reduzidos  
Reconhecimento do rombo abre espaço para estado contrair dívidas. **P.11**



## SERVIDOR

Paloma Savedra

■ **PACOTE DE MEDIDAS** para enxugar gastos, como corte de comissionados e extinção de pastas, deve ser publicado pelo estado por decretos na sexta.

CRISE NO ESTADO

# ALERJ APROVA CALAMIDADE FINANCEIRA



FOTOS DANIEL CASTELO BRANCO

**S**ob protesto de servidores, a Alerj aprovou ontem o estado de calamidade financeira enviado pelo governo e que o isenta de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O texto recebeu 57 emendas, sendo que, algumas foram aglutinadas e, no fim, 14 foram aprovadas. O principal aditivo à proposta é justamente o que preserva o funcionário público: a Emenda 1. Com isso, mesmo que o estado ultrapasse o limite de gastos com pessoal que a LRF determina, não haverá demissão de servidor — o que vai na contramão do que diz a própria lei.

A calamidade coloca o Rio em uma situação excepcional — um estado de exceção no âmbito

financeiro —, ou seja, sem a obrigatoriedade de cumprir as regras da LRF. Essa medida fica valendo até 31 de dezembro de 2017. O prazo foi colocado por emenda apresentada pelo deputado Luiz Paulo (PSDB), também autor da proposta que impede a demissão.

Ainda que o texto final do projeto preserve o servidor, diversas categorias, como da Educação, polícias Civil e Militar, Saúde, entre outras, protestaram e pediram a rejeição do texto. O funcionalismo teme que o reconhecimento da calamidade leve o governo a aumentar a contribuição previdenciária, além de diminuir salário de servidores com redução de jornada.



### NOVOS EMPRÉSTIMOS 1

#### RIO ABRE CAMINHO

■ O Rio já ultrapassou o limite de endividamento. Em agosto, a dívida consolidada líquida chegou a 201,91% da receita, acima do teto da LRF, de 200%. Isso o impede de pegar empréstimos. Mas o reconhecimento da calamidade abre caminho para o Rio conseguir novos créditos. Emenda ao texto obriga que empréstimos tenham como prioridade o servidor.

### NOVOS EMPRÉSTIMOS 3

#### SENADO NA JOGADA

■ Apesar de o projeto permitir que o Rio contrate novos empréstimos, Luiz Paulo (PSDB) ressalta que há uma resolução no Senado que impede qualquer ente de contratar crédito quando o endividamento é superior a 200%, caso do Rio. "É uma questão para o governo resolver. O Senado diz que não há lei que possa alterar isso", diz.

### ALERJ COBRA

#### LICITAÇÕES

■ Emenda que entrou no projeto obriga o estado a contratar apenas mediante licitação. O aditivo é de Eliomar Coelho e Wanderson Nogueira (ambos do Psol) e Comte Bittencourt (PPS). Com isso, a Alerj barrou a possibilidade de o governo fazer contratos sem licitação, pois, a princípio, a calamidade daria esse aval ao governo.

### NOVOS EMPRÉSTIMOS 2

#### DEPUTADOS CONTRA

■ Ao todo, 14 deputados votaram contra o projeto de calamidade, entre eles, a bancada do Psol, Carlos Minc (sem partido), Flávio Bolsonaro (PSC) e Wagner Montes (PRB). Os psolistas Marcelo Freixo e Flávio Serafini dizem que o projeto é, na verdade, um "cheque em branco" para o estado contratar mais empréstimos, mesmo sem poder, e se endividar mais.

### GASTOS COM PESSOAL

#### POR UM FIO DO LIMITE

■ De janeiro a agosto, gastos com pessoal atingiram 48,01% da receita corrente líquida, estourando limite prudencial de 46,55%. O teto é de 49%. Quando isso ocorre, a LRF determina demissão. Mas o projeto impede isso até 2017. Emenda da Martha Rocha (PDT) também veda redução de salários e da jornada de trabalho do servidor.

### AUMENTO DE ALÍQUOTA

#### RIOPREVIDÊNCIA

■ O estado deve enviar mensagem à Alerj, na sexta ou segunda-feira, para aumento da contribuição previdenciária de servidores, que subiria de 11% para 14%. Em janeiro, o governador Luiz Fernando Pezão encaminhou esse projeto à Casa, mas foi retirado de pauta. Essa possibilidade foi um dos alvos de protestos do funcionalismo.